

FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ

RECONHECIDA PELO GOVERNO FEDERAL, CONFORME DECRETO № 69.599 DE 23/11/1971 - CNPJ (MF) 80 904 402/0001-50

Campus Universitário "Frei Ulrico Goevert"- Av. Gabriel Esperidião, s/nº - Telefone (044) 3423-3210 Fax 3423-2178

Caixa Postal, 306 - CEP 87.703-000 - e-mail: fafipa@fafipa.pr.gov.br - PARANAVAÍ - PARANÁ

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

DANISE GUIMARÃES DA SILVA

São Joaquim

DANISE GUIMARAES DA SILVA

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso, como artigo científico, apresentado ao Curso de Ciências Biológicas com ênfase em Gestão Ambiental da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – FAFIPA como requisito para a obtenção do título de Especialista em Ciências Biológicas com ênfase em Gestão Ambiental. Orientador professor: Claudiomiro Barbosa.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

Danise Guimarães da Silva

RESUMO: Educação Ambiental se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo participativo permanente que procura incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental. A atual problemática ambiental revela, antes de mais nada, uma crise da própria civilização. Não é a natureza que se encontra em desarmonia é a própria sociedade. É fundamental para todo o ser humano cumprir com suas obrigações e cuidar bem da natureza, o processo de Educação ambiental requer uma mudança no nosso comportamento. As discussões sobre a educação ambiental surgiram de uma necessidade histórica, que desde os anos 60 se discutem a relação do homem com a natureza e se tenta buscar alternativas sustentáveis, ela é um dos caminhos para tentar mudar a relação da humanidade com a natureza. O presente trabalho objetiva relatar a importância da Educação Ambiental como uma ferramenta fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável, através de uma pesquisa qualitativa baseada na fundamentação teórica pesquisada em autores pertinentes ao assunto abordado.

PALAVRAS – **CHAVE**: Educação Ambiental. Conscientização. Desenvolvimento sustentável.

1. INTRODUÇÃO

Educação Ambiental (EA) se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo participativo permanente que procura incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais.

A atual problemática ambiental revela, antes de mais nada, uma crise da própria civilização. Não é a natureza que se encontra em desarmonia é a própria sociedade. Construímos uma sociedade de risco e somos obrigados a geri-la. Fazse necessário tomar medidas que levem o ser humano a se afeiçoar a natureza, estabelecer respeito entre os seres vivos que existem no planeta e aprender a

conviver com dignidade, procedendo a favor do bem, do bom-senso e de nosso compromisso com a vida.

Esse artigo busca ampliar o conhecimento das questões pertinentes à educação ambiental, a partir de uma revisão histórica, e demonstrar sua importância para a Sustentabilidade através de uma pesquisa qualitativa baseada na fundamentação teórica pesquisada em autores pertinentes ao assunto abordado. É fundamental para todo o ser humano cumprir com suas obrigações e cuidar bem da natureza, o processo de Educação ambiental requer uma mudança no nosso comportamento, é necessário mudar a relação do ser humano com a natureza, e buscar a sustentabilidade do planeta.

2. A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A SUSTENTABILIDADE

A Educação Ambiental é um ramo da educação cujo objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos. É um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros (RIGONAT apud Rodrigues e Costa, 2004), a educação ambiental apresenta-se como um elemento indispensável para a transformação da consciência ambiental e pode levar à mudança de valores e comportamentos.

Ao propor a EA, conforme Trevisol (2003, p.93), acreditamos que ela seja capaz de levar os indivíduos a reverem suas concepções e seus hábitos, esperamos formar as pessoas para uma relação mais harmoniosa e sustentável com o meio onde estão inseridas.

A EA não é um tema qualquer que pode ser adiado ou relegado a segundo plano. Trata-se de uma necessidade histórica latente e inadiável, cuja emergência decorre da profunda crise socioambiental que envolve nossa época. Educar para a sustentabilidade tornou-se um imperativo, sobretudo porque as relações entre sociedade e natureza agravaram-se, produzindo tensões ameaçadoras tanto para o homem quanto para a biosfera (TREVISOL, 2003, p).

É necessária uma Educação Ambiental com ênfase interdisciplinar que proporcione melhor leitura da realidade e promova outra postura do cidadão frente aos problemas sócio - ambientais. E essa reflexão precisa ser aprofundada na medida em que a saúde e a qualidade de vida dessa geração, e das futuras, dependem de um desenvolvimento sustentável (SOARES et. al 2001).

A implantação de um modelo de desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentado supõe mudanças radicais na consciência da sociedade e nos comportamentos de empresas, governos, Justiça e nas políticas econômicas, agrícolas e industriais (MINC 2005, p.147).

2.1. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Numa sociedade de risco, a Educação Ambiental é convocada a conscientizar sobre os riscos socioambientais que decorrem da relação homem/natureza. Ao propor acreditamos que ela seja capaz de levar os indivíduos a reverem suas concepções e seus hábitos. (TREVISOL, 2003, p.93).

Como se pode perceber, os problemas ambientais não são recentes e o que temos hoje é o agravamento dos mesmos, gerados pela humanidade (DIAS,2004)

As discussões sobre a Educação Ambiental surgiram de uma necessidade histórica, que desde os anos 60 se discutem a relação do homem com a natureza e se tenta buscar alternativas sustentáveis.

Embora tivessem outros registros da utilização do termo educação ambiental, os rumos da EA, são definidos a partir da Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo em 1972, na qual se recomenda o estabelecimento de programas internacionais.

Considerada um marco histórico e político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento do ambiente, ofereceu orientação aos governos, estabeleceu o Plano de Ação Mundial, e, em particular, recomendou que fosse estabelecido um programa internacional de Educação Ambiental (DIAS, 2004, p.36).

Em 1975, a Unesco promove em Belgrado um encontro Internacional de Educação Ambiental, no qual são definidos os princípios e as orientações para o futuro, para um programa internacional de EA.

Cinco anos após Estocolmo, em 1977, acontece em Tbilisi, na Geórgia, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental. Isto inicia um processo global orientado para criar as condições para formar uma nova consciência sobre o valor da natureza e para reorientar a produção de conhecimento baseada nos métodos da interdisciplinaridade e os princípios da complexidade. Esta aponta nesse momento para a Educação Ambiental como um meio educativo pelo qual se podem compreender de modo articulado as dimensões ambiental e social, problematizar a realidade e buscar as raízes da crise civilizatória (LOUREIRO apud JACOBI, 2005, p.242)

Em 1988 a Constituição da República Federativa do Brasil dedicou o Capítulo VI ao Meio Ambiente e no Art. 225, Inciso VI, determina ao "... Poder Público, promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino.

No ano de 1991 a Portaria 678/91 do MEC, determinou que a educação escolar deveria contemplar a Educação Ambiental permeando todo o currículo dos diferentes níveis e modalidades de ensino. Foi enfatizada a necessidade de investir na capacitação de professores.

A Organização das Nações Unidas – ONU realizou, no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). A CNUMAD é mais conhecida como Rio 92, referência à cidade que a abrigou, e também como "Cúpula da Terra", cerca de 179 países participantes da Rio 92 acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, um programa de ação baseado em um documento de 40 capítulos, que constitui a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado "desenvolvimento sustentável".

Cinco anos depois da Rio 92, aconteceu a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade - Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, em Thessaloniki representantes de 83 países relataram a insuficiência dos resultados obtidos, entre as duas conferências. Em 1999 foi promulgada a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

No ano de 2000, é lançado o documento Base para a Discussão da Agenda 21 Brasileira, em seguida aconteceu a Rio+10 um encontro promovido pela ONU em Johannesburgo, África do Sul.

Em 2002, denominado Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável. Representantes de 193 países estiveram presentes, resultando na elaboração da Agenda Rio +10, enfocando ações para viabilizar a mudança ambiental nos próximos anos.

Em 2012 na cidade do Rio de Janeiro, é realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, assim conhecida porque marca os vinte anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e deverá contribuir para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. O objetivo da Conferência é a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes.

2.2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O conceito de desenvolvimento sustentável surgiu durante a Comissão de Brundtland, na década de 1980, onde foi elaborado o relatório Our Commom Future, quando a primeira ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, apresentou a seguinte definição para o conceito: "É a forma com as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades" (Relatório Brundtland, 1988).

Conforme SALVADOR (2006) O conceito de sustentabilidade formulado em Nosso Futuro Comum coloca questões novas em relação à problemática socioambiental. Em primeiro lugar, ele se reporta não apenas aos limites impostos pelo caráter finito da natureza, mas à noção de necessidade básica, particularmente, às "necessidades essenciais dos pobres do mundo". Assim formulado, o conceito de sustentabilidade passa a ter uma dimensão social peculiar.

O desenvolvimento sustentável não se refere especificamente a um problema limitado de adequações ecológicas de um processo social, mas a uma estratégia ou modelo múltiplo para a sociedade, que deve levar em conta tanto uma viabilidade econômica quanto ambiental. Num sentido abrangente a noção de desenvolvimento sustentável remete à necessária redefinição das relações sociedade humana — natureza, e, portanto a uma mudança substancial do próprio processo civilizatório. Entretanto, a falta de especificidade e as pretensões totalizadoras tem tornado o conceito de desenvolvimento sustentável, difícil de ser classificado em modelos concretos e operacionais e analiticamente precisos. Por isso, ainda é possível afirmar que não se constitui num paradigma no sentido clássico do conceito, mas uma orientação ou um enfoque, ou ainda uma perspectiva que abrange princípios normativos (Jacobi, 1997; Ruscheinsky, 2004; Guimarães, 2001).

A Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente de Desenvolvimento (Rio- 92) através da Agenda 21, um Plano de ação para o século XXI, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável, a estratégia mais viável para enfrentar esse desafio. Reconhece também que o desafio fundamental para a construção de uma sociedade sustentável é a Educação. A Educação Ambiental foi identificada como o elemento crítico para a promoção desse novo modelo de desenvolvimento (DIAS, 2004).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda nos dias de hoje no processo da EA, poucos países ainda conseguiram desenvolver o que foi estabelecido nos encontros internacionais, o que foi feito ainda é insuficiente para tentar mudar a realidade das questões ambientais. A sociedade humana como se apresenta nos dias atuais é insustentável, tem muito a se fazer para amenizar grandes problemas que a humanidade vem enfrentando nos últimos

tempos, como o crescimento acelerado da população e a degradação dos recursos naturais entre tantos outros problemas, um meio para se transformar essa situação é através da Educação.

Fica evidente, portanto, a importância de educar os cidadãos para que ajam de modo responsável e com sensibilidade, conservando o ambiente saudável no presente e para o futuro, modificando-se tanto interiormente, como pessoa, quanto nas suas relações com o ambiente.

A educação ambiental é um processo longo e cuidadoso, pois é necessário a conscientização e principalmente uma mudança de comportamento, e essa mudança precisa acontecer através da nossa própria consciência, com cada um fazendo a sua parte de cuidar e respeitar o ambiente que vivemos e dependemos para sobreviver.

4 REFERÊNCIAS

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasilia; DF: Senado Federal, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Meio Ambiente e Saúde** / Secretaria de Educação Fundamental V. 9 – Brasília: MEC, 1997.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - 1988. **Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9.ed. São Paulo: Gaia, 2004. p.551.

GUIMARÃES, R. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G. et al. (Org.) O desafio da sustentabilidade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

JACOBI, P. **Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão.** In: CAVALCANTI, C. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez Editora, 1997.

JACOBI, Pedro Roberto. **Educação Ambiental**: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005.

MEC. Um pouco da História da Educação Ambiental. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/historia.pdf Acesso em 10 de abril de 2012.

MINC, Carlos. Ecologia e Cidadania. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

RODRIGUES, M. G. S; COSTA, R. S. O. A integração da educação formal e não-formal: participação e cidadania. Congresso Acadêmico Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Em: *Anais...*, Rio de Janeiro: Ebape-FGV, 09 e 10 dez. 2004.

RUSCHEINSKY, **A. Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 15-33.

SANTOS et al. Educação ambiental, Cidadania e Sustentabilidade: um estudo com alunos do ensino fundamental. Número 38, Ano X. Dezembro/2011-Fevereiro/2012.

SALVADOR (BA). Secretaria Municipal da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares de Educação Ambiental: as escolas da Rede Municipal de Ensino de Salvador / Concepção e elaboração:** Jamile Trindade Freire, Maria de Fátima Falcão Nascimento, Sueli Almuiña Holmer Silva. Salvador: SMEC, 2006.

SOARES et.al. Saúde e qualidade de vida do ser humano no contexto da interdisciplinaridade da Educação Ambiental. No. 38 - 05/12/2011. Disponível em http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=1143 Acesso em 09 de abril de 2012.

TREVISOL, Joviles Vitório. A educação em uma sociedade de risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade. Joaçaba: UNOESC, 2003. P.166.